

Embora apenas iniciada em 2008 no Brasil, a inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais no ensino regular vem sendo pautada em nossa política educacional desde 1994, com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). A resolução das Nações Unidas aborda princípios, política e prática em educação especial no âmbito da educação inclusiva e é um documento reconhecido como marco mundial e referência básica no assunto.

Alguns desdobramentos dessa discussão são perceptíveis na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que destaca que para a efetuação da prática inclusiva faz-se necessária a garantia de oferta de formação docente voltada para a inclusão. Nesse sentido, a lei estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (art. 59).

O aspecto formativo de profissionais da educação é também foco das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), em que é ressaltada a importância das formações inicial e continuada na construção de um novo sistema educacional. Ocorre que esses e outros escritos oficiais que versam sobre o assunto, o colocam no sentido da aquisição teórica e metodológica quanto à escolarização das crianças com deficiência.

No que se refere à formação inicial, as “competências” para o trabalho inclusivo são atribuídas à presença de conteúdos sobre Educação especial no currículo acadêmico. Assim, instaura-se uma lógica técnica, que, com seu caráter objetivo, visa mais a aplicação do que se aprende do que a implicação dos sujeitos envolvidos na prática educativa.

Este projeto propõe abordar a formação docente a partir da dimensão subjetiva do encontro educativo e seus efeitos, elementos que não costumam ser considerados na perspectiva mencionada acima. Ademais, pretendemos fazê-lo com uma escuta dirigida às questões relativas à inclusão de crianças com entraves estruturais na constituição psíquica, que, segundo Kupfer et al (2017), são sujeitos que apresentam sofrimento psíquico grave na infância, sinalizando a evolução de quadros clínicos como psicoses infantis ou

autismos. Para tanto, tomando como base contribuições psicanalíticas, partimos dos pressupostos de que: 1) a relação professor-aluno incide de forma decisiva no percurso educacional deste último; 2) o caráter dinâmico inconsciente dessa relação produz consequências importantes para o ato educativo; 3) o encontro com o discente causa estranhamento no docente; 4) a escolarização de crianças com entraves estruturais na constituição psíquica demanda do professor uma disponibilidade interna, não referida nos moldes oficiais de formação docente propostos por nossa política de educação inclusiva.

Ao levar em conta essas considerações, a pesquisa aqui proposta apoia-se na hipótese de que a oferta de espaços nos quais a palavra possa circular livremente permite um redimensionamento, por parte dos professores, da experiência junto a essas crianças. Portanto, propomos a instauração de um espaço de circulação da palavra, a análise de seus efeitos discursivos para estagiários de Pedagogia e de seus desdobramentos para as práticas inclusivas, no que concerne a crianças com entraves estruturais na constituição psíquica.

A escolha da temática situa-se na relevância de que auxiliemos a construção de escolas transformadoras. Para Patto (2017), toda escola promove transformações, entretanto, considerando a premissa inclusiva, tais transformações devem visar o comprometimento com a democratização da educação escolar. Segundo a autora, apesar de ter avançado nos aspectos referentes à cor de pele, à classe social e quanto à inclusão de crianças e adolescentes com deficiências como a Síndrome de Down, por exemplo, a instituição escolar ainda encontra obstáculos significativos no que se refere ao trabalho com alunos autistas e psicóticos. O tema importa também no tocante à abordagem de um dos principais impasses advindos dessa empreitada: o mal-estar docente, tendo em vista que a educação inclusiva, conforme Bastos (2005), pode impactar a saúde mental do educador.

A pesquisa se justifica, ainda, por consistir em um enfoque pouco presente nas publicações científicas que tratam sobre formação inicial e educação inclusiva, que costumam seguir uma linha conteudista, predominando pesquisas que visam analisar as composições das propostas curriculares de cursos de graduação no que concerne à presença/ausência de

disciplinas que abordem a temática. Ou, ainda, buscam enfatizar a importância da articulação teoria e prática, sem que se considere o caráter subjetivo da experiência docente.

A opção pelo estudo das articulações entre psicanálise e inclusão escolar se fundamenta também em nosso percurso acadêmico e profissional. Tal interesse surgiu já no âmbito da graduação, a partir de um estágio em acompanhamento escolar de uma criança com hipótese diagnóstica de autismo, que desembocou na produção monográfica de conclusão de curso e em um levantamento junto a professoras e gestoras sobre o tema. Após graduada, a inclinação para a área da Educação inclusiva se reafirmou em experiências como psicóloga escolar em instituições de educação especial e ensino regular, que motivaram a escrita da dissertação voltada para a temática.

O ofício como professora de um curso de Pedagogia também ensejou as inquietações que mobilizaram a produção deste projeto. Isto se deu, sobretudo, a partir da experiência como supervisora de estágio na área da Educação especial, que possibilitou perceber os impasses vividos pelas estagiárias em relação ao trabalho, na escola, junto a crianças com entraves estruturais na constituição psíquica.